

A POLÍTICA INTERNACIONAL E A CRISE DOS MÍSSEIS: 13 dias sob o terror nuclear

INTERNATIONAL POLITICS AND THE CRISIS OF MISSILES:
13 days under the nuclear fear

Juliano dos Santos Bravo¹

RESUMO

Examinar-se-á, no presente artigo, a conjuntura internacional após a Segunda Guerra Mundial, com a bipolaridade e o novo e inusitado conflito mundial: a Guerra Fria. E, assim, projetar o cenário internacional, no qual está inserida a Crise dos Mísseis em Cuba, de 1962. Objetiva esclarecer o episódio da crise, por meio das relações internacionais e da política internacional entre as superpotências, EUA e URSS, as quais formavam o sistema bipolar de poder mundial. Para tanto, se utilizará da ferramenta crítica da política de intimidação e contenção, bem como do papel desempenhado pelas armas de destruição em massa, se pautando pela análise de conceitos de política entre os Estados.

PALAVRAS-CHAVE: Política Internacional.
Guerra Fria. Crise dos Mísseis.

ABSTRACT

It will examine in this article, the international situation after World War II, with the bipolarity and the new and unusual world conflict: the cold war. And so design the international scene, in which is inserted the Missile Crisis in Cuba in 1962. It aims to clarify the episode of the crisis, through international relations and international politics between the superpowers, US and USSR, which formed the bipolar system of world power. Therefore, it will use critical tool of intimidation and containment policy and the role played by weapons of mass destruction, was guided by the analysis of policy concepts between states.

KEYWORDS: International Politics. Cold War. Missile Crisis.

¹Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria.
Componente do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC. Email: julianobravo22@gmail.com

Em outubro de 1962, durante exatos treze dias, toda a tensão do terror nuclear e de uma Terceira Guerra Mundial repousava sobre as decisões de John F. Kennedy e Nikita Khrutchev. Um dos episódios mais marcantes da Guerra Fria, sobretudo no que concerne as questões de segurança internacional e nacional, foi a Crise dos Mísseis, desencadeada a partir da descoberta dos mísseis soviéticos na ilha caribenha. A política internacional não sofrera tamanha tensão há muitos anos, o temor nuclear era evidente e a possibilidade de atacar ou ser atacado era dia-a-dia mais provável.

A crise se inicia após um avião estadunidense fotografar a instalação de mísseis soviéticos em Cuba, os quais detinham potencial de alcançar o território continental (a partir da península da Flórida) em 5 minutos, o que acarretou a mais alta cúpula do governo JFK entrar em estado de alerta máximo. Os conceitos de política entre os Estados em geral, de intimidação e de contenção em particular encontraram o seu maior desafio. A demonstração de poder soviético a poucos quilômetros do território norte-americano impunha uma das crises mais temerosas da Guerra Fria.

Portanto, dentro do contexto internacional pós Segunda Guerra Mundial, a presente pesquisa busca orientar-se através do escopo das Relações Internacionais, da história desta, no intuito de elucidar de modo salutar, ainda que não absoluto, a Crise dos Mísseis e a política internacional que a cerca. A partir da ferramenta da política de intimidação e contenção, sobretudo, analisar-se-á o envoltório da crise, o significado e o que estava em jogo mundialmente. Para tanto, se utilizará de uma análise crítica sobre o período em que a hecatombe nuclear esteve mais próxima de ocorrer no ocidente.

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“O mundo que se descortinou em 1947 rompeu radicalmente com as heranças da balança de poder do século XIX e com os anos de transição e de instabilidade do período entre as guerras” (SARAIVA, 2008, p. 169). Assim, conforme José Flávio S. Saraiva (2008), o Sistema Internacional pós-Segunda Guerra alterou-se profundamente, findando a hegemonia europeia e bipolarizando a política mundial em dois blocos distintos de poder. Em vista disso, “o curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo” (SARAIVA, 2008, p. 197).

O novo cenário internacional gerado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pelos Estados Unidos da América resultou em uma nova ordem mundial que superou a ordem do século XIX, opondo o planeta em duas superpotências, sendo suas respectivas áreas ou blocos de influência capazes de gerar o novo e inusitado conflito mundial: este chamado de Guerra Fria. Inusitado por ser “um período de hostilidade intensa sem uma guerra de verdade. A hostilidade foi tão intensa que muitos esperavam um conflito armado entre as superpotências” (NYE, 2009, p. 141). Essa contínua tensão foi ainda mais ferrenha e, por certo, o conflito quase se deflagrou no episódio chave do presente artigo: a crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962.

O fim da Segunda Guerra Mundial produz um vácuo geopolítico no continente europeu, o qual inspira a propensão de atuação da *Realpolitik*² em busca da consolidação de influências e, acima de tudo, do poder real entre as duas superpotências vencedoras – salientando o papel coadjuvante da

²Realpolitik é um termo bastante usado por Kissinger (2012) para designar as políticas adotadas pelos Estados e estadistas nesse período histórico. No entendimento do Dr. em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984) e, diplomata de carreira, Paulo Roberto de Almeida (2008) Realpolitik é “mais um método do que uma doutrina, completa e acabada. [...] O que ela quer dizer, finalmente? A rigor, trata-se de um simples cálculo utilitário, baseado nos interesses primários de um país, um Estado, um indivíduo. Ela tende a considerar os dados do problema e não se deixa guiar por motivações idealistas, generosas ou ‘humanitárias’ de tal decisão ou ação, mas apenas e exclusivamente pelo retorno esperado de um determinado curso de ação, que deve corresponder à maior utilidade ou retornos possíveis para o seu proponente ou condutor da ação. Como tal, ela responde a objetivos estritamente pragmáticos e ‘racionais’, num sentido estrito, de uma determinada interação humana, social ou estatal” (ALMEIDA, 2008, p. 2).

Inglaterra, vencedora da guerra, porém devastada. Desse modo, ambos os Estados produzirão um novo padrão no Sistema Internacional; “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (HOBSBAWM, 2008, p. 223).

De acordo com Vizontini (2008), os elementos constituintes dos resultados da Segunda Guerra Mundial são demasiadamente fundamentais para o entendimento e compreensão do desencadeamento de eventos que culminará no embate da Guerra Fria. As variáveis opostas entre EUA e URSS, especialmente ideológicas, mesmo que no conflito tenham se aliado para derrotar o nazi-fascismo, é o marco inicial de um futuro em que não se vislumbrará uma paz duradoura. Entretanto, não se deseja uma Terceira Guerra Mundial.

Sendo assim, “a Guerra Fria durou quatro décadas, de 1947 a 1989. Seu ponto alto foi de 1947 a 1963, quando houve algumas negociações sérias entre os Estados Unidos e a União Soviética” (NYE, 2009, p. 141), como a apreensiva crise dos mísseis. Um dos maiores testes a racionalidade dos Estados e ao modelo realista.

Apesar de a Segunda Guerra ter vencedores, os Estados Unidos apresentavam uma realidade hegemônica militar e financeira. O poder militar naval, aéreo e terrestre era absoluto, representava vantagens nunca alcançadas por outra potência na história, além de possuir exércitos e bases militares e navais em todos os continentes. Na conferência de Bretton-Woods, em 1944, onde ocorreram às fundações do Fundo Monetário Mundial e do Banco Mundial, os EUA impuseram toda sua superioridade econômica ao mundo capitalista, observa Vizontini (2004).

Por outro lado, mesmo com o prestígio militar e político de uma vencedora da Segunda Guerra, e sendo decisiva na derrota de Hitler, a União Soviética via-se em situação mais delicada. Stalin, um

mestre da *Realpolitik*, entendia perfeitamente a situação da nação e agia conforme sua principal arma, o prestígio do Exército Vermelho. E, assim, entendia que a URSS devia manter suas áreas territoriais conquistadas como pagamento “pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heroico do povo russo” (KISSINGER, 2012, p. 382).

Por essa configuração internacional, conforme Kissinger (2012), a atuação das potências se guiou da seguinte forma:

Cada vencedor atuou nos termos da experiência histórica de sua nação. [...] Roosevelt visualizou uma ordem de pós-guerra que os três vencedores, mais a China, seriam o conselho de administração do mundo, mantendo a paz contra qualquer vilão em potencial, que ele acreditava ser a Alemanha [...] A abordagem de Stalin refletiu sua ideologia comunista, mas também a velha política externa russa. Quis tirar proveito da vitória de seu país, ampliando a influência russa na Europa Central (KISSINGER, 2012, p. 353-354).

Por conseguinte, os anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial e a formação da Guerra Fria, sob uma nova ordem mundial bipolar, reorganizou a geopolítica internacional através de blocos de influência. A América Latina, historicamente tida como região condicionada às políticas de Washington desde a Doutrina Monroe³, com uma pequena margem autônoma de ação em suas políticas nacionais e internacionais, estava novamente mantida perante forte controle e influência. Consequentemente, a Revolução Cubana e, em especial, a Crise dos Mísseis em território cubano em 1962, representavam uma ameaça direta ao poder político continental e mundial dos Estados Unidos, ao modelo hegemônico norte-americano. Portanto, esta crise estabeleceu um profundo período de apreensão no

³ “Em 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em mensagem ao Congresso norte-americano, avisava que o país consideraria uma ameaça para a sua paz e segurança qualquer tentativa, por parte das potências europeias, de tentar impor o princípio de legitimidade do sistema de Viena a qualquer parte da Américas – era uma manifestação política de peso, considerando que o governo de Washington declarava-se previamente hostil a qualquer tentativa de restauração” (LESSA, 2008, p. 79.)

sistema internacional até então constituído, onde e quando URSS e EUA estiveram o mais próximo de um conflito nuclear direto.

A Segunda Guerra Mundial enterrou o já superado equilíbrio de poder europeu, do qual Churchill ainda vai tentar reivindicar como solução para o sistema internacional no pós-guerra, bem como suplantou em fracasso a ideia Wilsoniana da Sociedade das Nações. Logo, a Liga das Nações pôs em cheque a segurança coletiva, que Roosevelt buscará se inspirar para gerar a ideia dos *Quatro Guardas*, segundo Kissinger (2012).

Ainda sobre o equilíbrio de poder, Martin Wight (2002) o conceitua como:

[...] a concepção do equilíbrio de poder pertence especialmente à política internacional, e é nesse sentido que tem sido mais explorada. O equilíbrio de poder é o princípio daquilo que poderia ser chamado de “a mecânica da política do poder” [...] A política do equilíbrio de poder está fundamentada, como disse Hume, “no bom-senso e raciocínio óbvio”: ela é uma aplicação da lei da autopreservação (WIGHT, 2002, p. 167-168).

Estes aspectos da ordem do século XIX se tornavam cada vez mais obsoletos para compreender a nova realidade mundial e os objetivos de alcançar uma ordem capaz de estabilizar o Sistema Internacional⁴. A Guerra Fria se desnudava sob as grandes potências como um grande desafio à manutenção da paz e ao desenvolvimento humano.

Já a realidade na *periferia* mundial foi outra. A situação em que se encontrava a Europa não era propícia nem possível de manter suas colônias na Ásia e na África, as quais ao passar dos anos entraram em luta por independência. Aonde os impérios coloniais iam sendo derrubados, em muitos casos, eram insuflados e apoiados de diversas formas por EUA e URSS (ambas as potências viam nesses territórios futuros aliados e parceiros de seus siste-

mas sociais, políticos e econômicos). Segundo Eric Hobsbawm (2008):

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições (HOBSBAWM, 2008, p. 214).

Destarte, “foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu” (HOBSBAWM, 2008, p. 225). E, ainda, ocorreria um novo fato nesse cenário conturbado e acirrado, qual seja, o surgimento das armas de destruição em massa: as armas nucleares. Tal fato gerou apreensão e aflição na comunidade internacional, pois nessas crises na *periferia* (como a crise dos mísseis) o conflito nuclear esteve muito perto de ocorrer.

Consoante Nye (2009): “as armas nucleares mudaram a natureza da guerra, mas não mudaram a maneira básica segundo a qual o mundo é organizado. O mundo de estados anárquicos sem nenhum governo acima deles continuou na era nuclear” (NYE, 2009, p. 175). À bomba de hidrogênio, somando-se a bomba H, aumentou imensamente a potência possível de destruição. O surgimento dessa nova arma, em meados da década de 1950, produziu significativas consequências à política mundial e, de acordo com Joseph Nye (2009), concretizou cinco efeitos:

Em primeiro lugar: reviveu o conceito de guerra limitada. A primeira metade do século XX testemunhou uma mudança das guerras limitadas do século XIX para as duas guerras mundiais, que tiraram dezenas de milhões de vidas. [...] Em segundo lugar, a crise recolocou a guerra central como o momento da verdade.

⁴ Por sistema internacional (ou sistema de estados), Hedley Bull (2002) define como: “quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo” (BULL, 2002 p. 15).

No passado, a guerra era uma época em que todas as cartas eram mostradas na mesa. No entanto, na era nuclear, a guerra é devastadora demais e os velhos momentos da verdade são perigosos demais (NYE, 2009, p. 176-177).

O conceito de guerra limitada entra em oposição ao conceito de guerra total, o qual se atribuiu as duas guerras mundiais. A “guerra total significava que qualquer indivíduo do outro lado devia ser considerado um combatente, e não uma simples pessoa. Qualquer meio para se fazer a guerra devia ser considerado legítimo” (MAGNOLI, 2006, p. 356).

Nye (2009), então, prossegue:

W

Em terceiro lugar, as armas nucleares transformaram a intimidação (o desencorajamento pelo medo) na estratégia fundamental. Passou a ser decisivo organizar o poderio militar para gerar medo antecipado de modo a impedir o ataque. [...] A quarta consequência política foi o desenvolvimento de um regime de prudência de fato entre as superpotências. As duas superpotências, apesar de suas diferenças ideológicas radicais, desenvolveram um interesse fundamental comum: evitar a guerra nuclear (NYE, 2009, p. 177).

Em certo sentido, o que se evidencia na crise dos mísseis, apesar do intenso acirramento dos ânimos e dos treze dias de apreensão mundial, foi uma negociação e resolução do conflito de interesses a partir da diplomacia. A quinta consequência política do advento das armas nucleares e da bomba H, no entendimento de Nye (2009), foi o seguinte:

Em quinto lugar, as armas nucleares em geral e a bomba H em particular foram consideradas pela maioria das autoridades oficiais como inutilizáveis em tempo de guerra. [...] Houve ainda outra dimensão. Desde o lançamento da primeira bomba pelos Estados Unidos sobre Hiroshima, instalou-se um sentimento duradouro de que as armas nucleares eram imorais, que iam além do universo do que era admissível na guerra (NYE, 2009, p. 178).

As armas nucleares, dessa maneira, produziram mudanças significativas nas relações internacionais dentro do cenário da Guerra Fria, no qual está inserida a crise dos mísseis em Cuba. Concomitantemente, geraram dentro do Sistema Internacional um contínuo medo, ou melhor, uma apreensão sobre essa nova ordem mundial. Seria ela capaz de preservar a paz e, mesmo em momentos de crise, não levar a humanidade a uma possível Terceira Guerra Mundial dotada de armas de destruição em massa?

Em síntese, consoante Barry Buzan e Lene Hansen (2012):

A Guerra Fria surgiu de meados para o fim dos anos 1940 como a nova estrutura de poder criada como resultado instituído da Segunda Guerra Mundial. As duas grandes características que a definiram começaram a interagir quase que simultaneamente: armamento nuclear e uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 118).

A POLÍTICA DE INTIMIDAÇÃO E CONTENÇÃO

A trajetória incomum de uma guerra sem batalha entre as principais nações envolvidas salienta inúmeros debates acerca das políticas externas e de segurança que eram adotadas. Desse modo, “a Guerra Fria oferece uma perspectiva exclusiva sobre as relações internacionais e esclarece a dinâmica de duas escolhas de política externa que foram feitas: a escolha de *intimidar* e a escolha de *conter*” (NYE, 2009, p. 142).

O conceito de *intimidar* na política internacional foi aplicado pelos reinos, impérios e nações ao longo da história, exemplificados na formação de numerosos exércitos, com diferentes táticas e estratégias de guerra intimidadoras, ameaças formais e informais, bem como ardilosas alianças fomentadoras de *intimidação*. Os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial não foram distintos, a

intimidação foi utilizada como desencorajamento, especialmente com o advento das armas nucleares.

De acordo com Nye (2009), um dos aspectos da Guerra Fria era o método de tentar desequilibrar a margem de poder da potência rival, através da intimidação de grandes arsenais nucleares, até mesmo com discursos apocalípticos. Como ressalta Joseph Nye (2009):

O conceito de intimidação estava ligado à política de contenção. Durante a Guerra Fria, a contenção referia-se a uma política americana específica de conter o comunismo soviético assim como de promover uma ordem mundial liberal do ponto de vista econômico e político (NYE, 2009, p. 142).

A política de *contenção*, assim como a *intimidação*, não surgiu durante a Guerra Fria, “ainda que o termo tenha surgido” (NYE, 2009, p. 142). Da mesma forma que a intimidação, podem-se verificar através da história as inúmeras vezes que a política de contenção foi aplicada por nações/reinos/impérios em defesa de seus interesses, de modos distintos, como com poder militar, econômico, cultural. “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos oscilaram entre uma política expansiva de conter o comunismo e uma política mais limitada de conter a União Soviética” (NYE, 2009, p. 143).

“A maneira de superar a estratégia soviética era ‘uma política firme de contenção, opondo aos russos uma contra força inarredável, em cada local onde deem sinais de passar dos limites, prejudicando um mundo estável e pacífico’” (KISSINGER, 2012, p. 413). A declaração de Kennan⁵ representava, de certa maneira, o “velho sonho americano da paz pela conversão do inimigo” (KISSINGER, 2012, p. 413). Ou, ainda, o mais antigo Destino Manifesto.

Todavia, os Estados Unidos, líderes do bloco ocidental e capitalista, formularam a política internacional a partir de um tripé conceitual pautado nas ideias de George Marshall, Dean Acheson e George Kennan. Política “sustentada na ideia de uma ação de longo prazo, paciente e firme na contenção das tendências expansionistas da União Soviética” (SARAIVA, 2008, p. 199). A União Soviética, por seu turno, compreendia com realismo político a sua debilidade oriunda das consequências da Segunda Guerra. Dessa maneira, segundo o historiador Hobsbawm (2008):

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. [...] Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA (HOBSBAWM, 2008, p. 230).

O diplomata estadunidense em Moscou, chamado George Kennan, “forneceu a estrutura filosófica e conceitual para a interpretação da política externa de Stalin” (KISSINGER, 2012, p. 406). Logo, eclodiria a política de contenção. Kennan entendeu a política externa da União Soviética, com a personificação de Stalin, sobre a abrangência de dois fatores primordiais; “uma amálgama do fervor ideológico comunista com o velho expansionismo czarista” (KISSINGER, 2012, p. 406).

⁵ “De maneira célebre, [George] Kennan sustentou em seu ‘artigo X’, de 1947, que a liderança soviética estava inextricavelmente ligada a uma ideologia de superioridade comunista e de derrocada capitalista. [...] A solução de Kennan era uma contenção incessante da União Soviética ‘em todo ponto no qual demonstrarem sinais de cerceamento dos interesses de um mundo livre e estável’ (Kennan, 1947, p. 581)” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 122).

⁶ “[...] a ideologia do Destino Manifesto, que expressava um dogma de autoconfiança e ambição supremas: a ideia de que a incorporação aos Estados Unidos de todas as regiões adjacentes constituía a realização virtualmente inevitável de uma missão moral assinalada à nação pela própria Providência. O Destino Manifesto era, de certa forma, uma adaptação americanizada da ideologia providencialista que começava a surgir na Europa e que teve, posteriormente, no poeta Rudyard Kipling, sua forma literária mais acabada – explicitada, aliás, na frase ‘o fardo do homem branco’ [...]” (SCHILLING, 2002, p. 21).

No entendimento de Saraiva (2008):

As ideias de Kennan expressavam, no fundo, uma percepção que se ampliava, cada vez mais, entre os gestores do Estado norte-americano. Para eles, seu país deveria desenvolver uma vigilância ativa e uma política de contenção das ambições expansionistas soviéticas. As diretrizes seguidas pelo governo acompanharam, assim, as ideias defendidas por Kennan (SARAIVA, 2008, p. 198-199).

A política externa estadunidense de intimidação, e especialmente de contenção, pautou-se erroneamente, no entendimento de Saraiva (2008), no engano sobre as ações do líder soviético. Isto porque “os formuladores de política exterior nos Estados Unidos que associavam os movimentos de Moscou à ótica de um projeto expansionista soviético cujos tentáculos poriam em xeque a superioridade dos Estados Unidos no Ocidente” (SARAIVA, 2008, p. 199) foram levados pela percepção equivocada das ações de Stalin.

Ademais, conforme Hobsbawm (2008), as declarações públicas e insinuações insufladas na população pelo poder público eram uma dissonância com a realidade soviética e, até mesmo, um discurso leviano e o princípio da guerra ideológica. Dessa maneira, exemplifica o discurso ocidental sobre a URSS como um “cenário de pesadelo da superpotência moscovita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma ‘conspiração comunista mundial’ atea sempre disposta a derrubar os reinos da liberdade” (HOBSBAWM, 2008, p. 229).

George Kennan escreveu em suas memórias que “acreditava que as ações de Moscou no cenário internacional apoiavam-se prioritariamente nas necessidades autocráticas e pessoais de Stalin” (PENNACCHI, 2007, p. 2). O interesse internacional do líder soviético, de acordo com Pennacchi (2007), era baseado no objetivo de “criar um ambiente externo hostil ao capitalismo” (PENNACCHI, 2007, p. 2). A interpretação de Kennan à política externa soviética leva a algumas dúvidas, tais como: as ações de Stalin foram confundidas como expansionistas ou, de fato, esse entendimen-

to foi uma instrumentalização para a política de contenção e intimidação?

O fato histórico e político é que as potências rivais entraram em rota de *colisão*. A política de contenção oriunda do ocidente, somada ao surgimento das armas nucleares e a *Realpolitik* soviética, regeu boa parte da Guerra Fria. A crise dos mísseis esteve intimamente ligada a esta política internacional e se tornou um momento de inflexão dentro desse sistema Internacional. A política de contenção e intimidação atingiu o limite entre a política e a guerra.

A corrida bélica das armas nucleares, entretanto, produziu “uma forma peculiar de equilíbrio de poder que foi algumas vezes chamado de ‘equilíbrio do terror’” (NYE, 2009, p. 178). Esse cenário proporcionou dilemas de segurança e um sistema de equilíbrio tensionado ao limite da capacidade de destruição mútua, uma vez que a capacidade e velocidade de destruição dos arsenais de ambas as potências produziriam tais consequências.

De acordo com Nye (2009), o equilíbrio nuclear coincidiu com a bipolaridade e, ainda, conforme alguns neorrealistas, como Kenneth Waltz:

[...] definem a bipolaridade como situações nas quais dois grandes estados têm praticamente todo o poder, mas esse tipo de bipolaridade pura é raro. [...] Waltz sustenta que a bipolaridade é um tipo de sistema particularmente estável porque simplifica a comunicação e os cálculos. Por outro lado, os sistemas bipolares carecem de flexibilidade e magnificam a importância de conflitos marginais (NYE, 2009, p. 179).

A Crise dos Mísseis, tida como um dos conflitos marginais não violentos, se enquadra perfeitamente na conceituação de Waltz, pois a pouca flexibilidade da bipolaridade, aliada as políticas de contenção e intimidação levaram, neste caso, a quase erupção do conflito armado e nuclear. Todavia, o “próprio terror das armas nucleares pode ter ajudado a produzir estabilidade” (NYE, 2009, p. 179), dado que a resolução se deu por meio da negociação e, de fato, não irrompeu em conflito armado. Joseph Nye

(2009) ainda produz um questionamento pertinente: “Uma maneira de avaliar a eficácia da intimidação nuclear é pela análise contrafactual. Qual a probabilidade de que a Guerra Fria tivesse se tornado quente na ausência das armas nucleares?” (NYE, 2009, p. 180).

A CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA (1962)

“Entre 22 e 28 de outubro de 1962 a humanidade conteve a respiração diante da mais grave crise internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial” (AVILA, 2012, p. 367). A pesquisa historiográfica e bibliográfica demonstra a gravidade do episódio que opôs duas superpotências capazes de destruição jamais antecedida na história. Segundo Joseph Nye (2009):

O caso principal na intimidação nuclear durante a Guerra Fria foi a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962. Esse período de treze dias foi provavelmente a situação mais arriscada da era nuclear considerando um conjunto de acontecimentos que poderiam ter levado a uma guerra nuclear (NYE, 2009, p. 182).

A ilha de Cuba, no mar do caribe e a poucos quilômetros do território norte-americano, constituiu, historicamente, uma nação extremamente caudatária aos interesses da política externa de Washington. Sofreu, inclusive, inúmeras intervenções militares de forma direta, como entre “1906 e 1909, em 1912, e de 1917 a 1923. [...] os governos cubanos não passavam de marionetes orquestrados pelos embaixadores estadunidenses” (DOMINGOS, 2013, p. 83). Ocorre que, por anos isso acabou fomentando um sentimento nacionalista e anti-imperialista, muito bem instrumentalizado por Fidel Castro e seus companheiros na década de 1950, germinando a Revolução

Cubana⁸ em plena Guerra Fria e nas *barbas* da superpotência ocidental.

A ilha caribenha se tornou um grave problema aos Estados Unidos. A aproximação do regime cubano com a União Soviética tornou a situação ainda mais delicada dentro dos quadros estratégicos da Guerra Fria. No livro *The Kennedy Tapes*, de Ernest R. e Philip D. apud Nye (2009): “Em meados de outubro de 1962, a Guerra Fria se intensificara de maneiras imprevistas. Cuba, que havia muito era praticamente uma colônia dos Estados Unidos, recentemente passara a órbita soviética” (NYE, 2009, p. 181). E, em outubro de 1962, os jornais estadunidenses já denunciavam possíveis carregamentos de armamentos soviéticos para Cuba.

A política de intimidação soviética dava sinais de recrudescimento e ousadia. E, de acordo com Ernest R. e Philip D. apud Nye (2009):

Pouco antes das 9 horas da manhã de 16 de outubro, uma terça-feira, o assistente de Kennedy para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, levou ao quarto do presidente fotografias mostrando que na verdade surgiram ‘os problemas mais graves’. Obtidas a grande altitude por um avião de reconhecimento U-2, essas fotografias mostravam os soviéticos em Cuba instalando mísseis balísticos com armas nucleares apontados para cidades do continente americano (NYE, 2009, p. 181).

A partir desse momento até a resolução do conflito de interesses e de segurança nacional, os 13 dias sob o temor nuclear global, a apreensão diante da real possibilidade de uma guerra mundial estava posta e altiva.

Do dia 16 de outubro até o dia 22 outubro ocorreram sucessivas reuniões especiais e de emergência, em que se debatiam as opções de ação por parte do governo dos Estados Unidos. Nesse momento, retratam-se, especialmente, duas vias de resolução e pelas quais o presidente Ken-

⁷ “Em janeiro de 1959, um grupo de guerrilheiros liderados por Fidel Castro e seu companheiro de aventuras, o argentino Ernesto Che Guevara, chegou ao poder em Cuba, depois de impor uma desmoralizante derrota ao regime pró-norte-americano, do ditador Fulgêncio Batista” (SCHILLING, 2002, p. 79-80).

nedy sofria intensa pressão. Por um lado, a opção do setor militar, ou seja, invadir a ilha e possivelmente gerar uma retaliação da União Soviética que geraria, por fim, o conflito armado e nuclear ou, ainda, por outro lado, a opção do quadro mais diplomático, consistente no bloqueio marítimo, denominado de quarentena.

No entanto, o presidente estadunidense tinha, consoante Joseph Nye (2009), três opções de ação, quais sejam:

Uma era atirar, isto é, bombardear os sítios de mísseis; a segunda era um aperto, bloqueando Cuba para persuadir os soviéticos a retirar os mísseis; a terceira era uma barganha, oferecendo-se para negociar algo que os soviéticos queriam, como a remoção dos mísseis americanos da Turquia (NYE, 2009, p. 183).

No dia 22 de outubro, portanto, o presidente John F. Kennedy realizou um pronunciamento na televisão para “mais de 100 milhões de americanos [...], a maior audiência para um pronunciamento presidencial até então” (DOMINGOS, 2013, p. 87). Conforme Domingos (2013), o discurso durou 17 minutos e se estruturou em 7 pontos principais, “em que se destacava o ponto 3, no qual o presidente ampliava a Doutrina Monroe para os tempos da Guerra Fria” (DOMINGOS, 2013, p. 87). Assim demonstrada: “3. A política desta nação irá considerar qualquer lançamento de projétil nuclear de Cuba contra qualquer nação do hemisfério Ocidental como um ataque da URSS contra os EUA” (DOMINGOS, 2013, p. 87).

O incidente do pronunciamento do presidente é destaque ocidental, bem como a negociação para poder angariar um consenso sobre essa extensão na Organização dos Estados Americanos (OEA). Com o objetivo traçado e a vitória unânime na OEA sobre a reorientação da Doutrina Monroe, a ilha de Cuba entra em quarentena. As tratativas e debates chegaram ao âmbito da União das Nações Unidas (ONU) e os embaixadores, representantes dos EUA e da URSS, entraram em uma acirrada disputa retórica e política, em que Stevenson (EUA) venceu Zorin (URSS).

As intensas negociações geraram o envio de duas cartas do primeiro-ministro da União Soviética para o presidente dos Estados Unidos, sendo a primeira no dia 26 de outubro e a segunda um dia após. A primeira propunha a “retirada do armamento nuclear de Cuba em troca do compromisso estadunidense de não mais tentar invadir a ilha” (DOMINGOS, 2013, p. 87). No entanto, a segunda carta alteraria profundamente as negociações e os termos, conforme Castañares (1995):

Nós aceitamos retirar de Cuba aqueles materiais que você qualificou de ofensivos, e podemos comprometer-nos a isso no seio das Nações Unidas. Em reciprocidade, seus representantes farão uma declaração no sentido de que os EUA, considerando as dificuldades e a ansiedade do Estado soviético, retirarão da Turquia materiais ofensivos similares (CASTANÁRES, 1995, p. 547).

Quais seriam as implicações dessa nova reorientação da crise? Ceder aos termos soviéticos produziriam consequências políticas negativas ao governo Kennedy? O debate acerca da atitude a ser tomada frente às condições de Moscou foi intensamente vivido pela gestão Kennedy e seus assessores.

A política de intimidação, nesse momento, era fortemente gerida através das armas de destruição em massa, atingindo pressões intensas e recaindo sobre os EUA e URSS. Por intermédio dessa conjuntura, “os riscos de perder o controle pesaram fortemente sobre o presidente Kennedy, que assumiu uma postura muito cautelosa – na realidade, mais prudente do que alguns de seus conselheiros gostariam” (NYE, 2009, p. 183). Robert McNamara, “o secretário de Defesa de Kennedy, tornou-se mais cuidadoso à medida que a crise evoluía” (NYE, 2009, p. 183), mesmo pensando que a probabilidade da crise gerar uma guerra nuclear fosse remota. Já Douglas Dillon, secretário do Tesouro, “disse que pensou que os riscos de uma guerra nuclear fossem próximos de zero” (NYE, 2009, p. 183) e, por esse motivo, compartilhava da ideia de pressionar mais os soviéticos e assumir mais riscos.

No setor militar, conforme Nye (2009):

O general Maxwell Taylor, o chefe do Estado Maior Conjunto, também pensava que o risco de uma guerra nuclear fosse baixo, e se queixou de que os Estados Unidos deixaram a União Soviética sair facilmente demais da Crise dos Mísseis de Cuba. Ele sustentou que Kennedy poderia ter pressionado mais e ter exigido a remoção do presidente de Cuba, Fidel Castro. O general Taylor disse: “Eu estava tão certo de que os tínhamos sob controle, que nunca me preocupei muito com o resultado final” (NYE, 2009, p. 183).

Dada à realidade da crise e o delineamento de eventos, no entendimento de Nye (2009), “podemos concluir que a intimidação nuclear foi importante na crise e que a dimensão nuclear certamente foi levada em conta no raciocínio de Kennedy” (NYE, 2009, p. 184). A política de contenção também pode ser considerada fator relevante para a resolução da crise, eis que havia uma clara política de intimidação soviética em Cuba. Pois, a ilha se encontra na zona de influência norte-americana dentro dos quadros estratégicos da Guerra Fria e, também, fazia parte das áreas de histórica influência de Washington e a poucos quilômetros do território dos Estados Unidos.

A resolução veio através de negociação, por meio da opção de barganha. O presidente Kennedy envia uma carta ao primeiro-ministro soviético com os termos assim esclarecidos, conforme Castañares (1995):

Nós, por nossa parte, estamos dispostos – mediante o estabelecimento dos adequados acordos realizados através das Nações Unidas para assegurar a continuidade e por em marcha desses compromissos – ao seguinte: a) Levantar imediatamente as medidas de quarentena em vigor; b) Dar segurança contra a invasão de Cuba. Confio em que as outras nações do hemisfério Ocidental estão dispostas a atuar do mesmo modo. O efeito de tal acordo sobre a tensão mundial nos permitirá continuar trabalhando acerca

de um acordo geral referente a “outros armamentos” como você propõe em sua segunda carta que foi feito pública (CASTAÑARES, 1995, p.551).

Então, dessa maneira, “a Crise dos Mísseis, a fase mais quente da Guerra Fria, foi solucionada. Só por isso sabemos que ela existiu...” (DOMINGOS, 2013, p. 88).

Após a crise, e por sua consequência, ocorreu um relativo alívio nas relações entre os Estados Unidos e União Soviética. Sua importância e resolução acabaram por se tornar uma inflexão na Guerra Fria, na política armamentista nuclear, nas relações entre Washington e Moscou, “quase como se os Estados Unidos e a União Soviética tivessem chegado à beira de um despenhadeiro, dessem uma olhada e voltassem cada um para o seu lado” (NYE, 2009, p. 185).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo a pesquisa buscou uma melhor compreensão acerca do papel desempenhado pelas superpotências rivais, Estados Unidos e União Soviética, através da formação da ordem bipolar, no episódio da Crise dos Mísseis. Ademais, objetivou produzir um estudo capaz de possibilitar o entendimento das consequências da Segunda Guerra Mundial na geopolítica e geoestratégia internacional empreendidas por ambas as potências, dentro do contexto de zonas ou blocos de influências por estas liderados.

A partir do recorte histórico-político específico, a Crise dos Mísseis (1962), compreender a política internacional e o *modus operandi* das estratégias das duas superpotências. Outrossim, entender o meio pelo qual a resolução da crise se desenvolveu durante as gestões de Kennedy e Khrutchev, assim como os seus principais assessores, revelando a política por detrás dos tratados e resoluções. Salientou-se, ainda, o papel desempenhado pelas armas de destruição em massa e seu fator político.

Por derradeiro, os principais conceitos então delineados na política internacional da Guerra Fria,

os quais se desnudam deveras importantes tanto na formação da Crise dos Mísseis quanto para sua resolução. Isto posto, e assim revelado, segue o curso da história e das relações internacionais como uma Crise que não mais poderia ocorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pequena Lição de Realpolitik. Revista Meridiano 47. Nº 95. Junho, 2008.

AVILA, Carlos F. D. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. Varia História. Vol. 28. Nº 47. Belo Horizonte: Jan/June, 2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILO, Pedro Antonio Martínez. Documentos básicos sobre história de las relaciones internacionales(1815-1991). Madri: Complutense, 1995.

DOMINGOS, Charles S M. 50 Anos da Crise dos Mísseis: Horror nuclear em tempos presentes. Historiae. Vol. 4. Nº2. Rio Grande: 2013.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914:1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia científica em ciências sociais. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
NYE, Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MAGNOLI, Demétrio (Org). História das Guerras. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ORIDES, Mezzaroba; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PENNACCHI, Andrea M. T. George F. Kennan e a política de “contenção” da Guerra Fria. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHILLING, Voltaire. Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca. 5. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.